



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME**
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

**342^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social – CNAS**

Ata da ordem dos dias 11 e 12 de setembro de 2025

Brasília/DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME**
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 342ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Local: Plataforma *Zoom* e Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A

Data: 11 e 12/09/2025

1 Nos dias onze e doze do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, foi realizada a 342ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), sob a coordenação do Sr. Edgilson
3 Tavares de Araújo, Presidente do CNAS e Representante da Secretaria Nacional de Assistência Social
4 (SNAS). Contou com a participação dos (as) seguintes Conselheiros (as): A conselheira Ana Lúcia
5 Soares, Titular/Representante da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO; a
6 conselheira Maria Aparecida Guerra Vicente, Titular/Representante da Federação Nacional das/os
7 Assistentes Sociais - FENAS; a conselheira Cleres Alvarenga Cavalcante, Representante do Fórum
8 Nacional de Secretários de Estado de Assistência Social – FONSEAS; o conselheiro Ismael Ultino
9 Tavallone, Suplente e Representante do Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores –
10 MONPAD; a conselheira Itanamara Guedes Cavalcante, Representante da Secretaria Nacional de
11 Renda e Cidadania - SENARC/MDS; a conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Titular/Vice-
12 Presidente do CNAS e Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigas/os
13 das/os Excepcionais - FENAPAES; a conselheira Maria Carolina Pereira Alves, Titular/Representante
14 da Secretaria Nacional de Cuidados e Família; o conselheiro Mallon Francisco Felipe Rodrigues de
15 Aragão, Titular/Representante da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS; o conselheiro
16 Regis Spíndola, Conselheiro; o conselheiro Ricardo de Santana Marques, Suplente/Representante do
17 Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; a conselheira
18 Solange Bueno, Titular e Representante do Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de
19 Assistência Social – FNUSUAS; o conselheiro Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral,
20 Titular/Representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes; o
21 conselheiro Clóvis Alberto Pereira (Beto Pereira), Suplente/Representante da Organização Nacional
22 de Cegos do Brasil – ONCB; a conselheira Andréia Fernandes Teixeira, Suplente/Representante da
23 Federação Nacional das/os Psicólogas/os - FENAPSI; a conselheira Irene Rodrigues da Silva,
24 Titular/Representante da Confederação da/os Trabalhadoras/es no Serviço Público Municipal -
25 CONFETAM/CUT; o conselheiro José Miguel da Costa Junior, Suplente/Representante da Secretaria

26 Nacional de Assistência Social; a conselheira Keure Chamse Afonso de Oliveira,
27 Suplente/Representante da Rede Cidadã; a conselheira Maria Gonçalves da Conceição,
28 Suplente/Representante da Associação Nacional dos Atingidos por Barragens - ANAB; a conselheira
29 Jucileide Ferreira do Nascimento, Suplente/Representante do Conselho Federal de Serviço Social -
30 CFESS; o conselheiro Marcílio Marquesini Ferrari, Suplente/Representante do Ministério do
31 Desenvolvimento Social, Assistência e Combate à Fome; o conselheiro Paulo Henrique Souza,
32 Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS;
33 a conselheira Rafaelly Machado da Silva, Suplente/Representante do Movimento Nacional de
34 População de RUA - MNPR; e a conselheira Margareth Alves Dallaruvera, Titular/Representante da
35 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT – CNTSS/CUT.

36 **ABERTURA:** O presidente Edgilson Tavares de Araújo iniciou a sessão agradecendo a presença dos
37 conselheiros e conselheiras do governo e da sociedade civil, bem como a quem acompanhava pelo
38 YouTube. O presidente registrou a reinauguração da Sala 108, que passou a se chamar Sala Maria
39 Mercês Avelino de Carvalho Filgueiras. A vice-presidente Márcia de Carvalho Rocha, em sua
40 saudação, manifestou o desejo de que o pleno fosse proveitoso e destacou a importância das
41 deliberações para a construção e a concretização da política pública de assistência social. Durante o
42 chamamento do quórum pela secretária-executiva Thaís Pereira Braga, o conselheiro Ricardo de
43 Santana Marques, solicitou o registro em ata de sua ausência justificada na plenária do dia
44 subsequente, informando que o conselheiro Paulo Henrique Souza assumiria a titularidade. O
45 presidente Edgilson Tavares de Araújo deu as boas-vindas às conselheiras Cleres Alvarenga
46 Cavalcante, Representante do FONSEAS, e Itanamara Guedes Cavalcante, Representante da
47 SENARC, que assumiam nova composição no Conselho. A conselheira Itanamara Guedes
48 Cavalcante, Representante da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC/MDS,
49 apresentou-se como trabalhadora do SUAS no estado de Sergipe e manifestou seu compromisso em
50 contribuir com o fortalecimento do SUAS e do controle social. O presidente Edgilson Tavares de
51 Araújo realizou a leitura integral da pauta da 342^a Reunião Ordinária do CNAS, que segue: *Dia*
52 *11/09/2025*: das 9h às 10h, Reunião interna de alinhamento dos Representantes de Segmentos que
53 compõem o CNAS. 10h às 10h15, Aprovação da ata da 341^a Reunião Ordinária e da pauta da 342^a
54 Reunião Ordinária do CNAS. 10h15 às 12h, Relato da reunião da Comissão Organizadora da 14^a
55 Conferência Nacional de Assistência Social. 14h às 16h, Relato da reunião da Presidência Ampliada
56 do CNAS. 16h às 18h, Relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social. *Dia*

57 12/09/2025: 9h às 10h, Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios
58 Socioassistenciais e Transferência de Renda. 10h às 12h, Relato da reunião da Comissão de
59 Financiamento e Orçamento da Assistência Social. 14h às 15h, Relato da reunião da Comissão de
60 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. 15h às 16h, Relato da Comissão de Controle
61 Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social. 16h às 17h, Relato da reunião da
62 Comissão de Política da Assistência Social. 17h às 18h, Informes da Presidência/Secretaria
63 Executiva, CIT, SNAS/MDS, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. O presidente sugeriu e o
64 plenário deliberou a alteração da ordem dos trabalhos para iniciar com o relato da Comissão de
65 Normas, seguida da Comissão Organizadora da 14^a Conferência Nacional de Assistência Social
66 (COC) e, por fim, a Presidência Ampliada. A pauta, com a alteração proposta, foi aprovada por
67 unanimidade, não havendo votos contrários ou abstenções. Em seguida, a ata da 341^a Reunião
68 Ordinária foi deliberada e aprovada por unanimidade, não havendo votos contrários ou abstenções.
69 O conselheiro Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão assumiu a coordenação dos trabalhos da
70 Comissão de Normas da Assistência Social em virtude da ausência justificada do Conselheiro Elias
71 Sousa Oliveira. O primeiro ponto de pauta da Comissão de Normas foi a avaliação da Minuta de
72 resolução CNAS/MDS, que "Dispõe sobre as diretrizes para a organização de ações de habilitação,
73 reabilitação e inclusão comunitária da pessoa com deficiência no âmbito do Sistema Único de
74 Assistência Social". Esta minuta objetivava a atualização da Resolução CNAS nº 34/2011. Como
75 encaminhamento, a Comissão propôs submeter o documento ao Pleno para que fosse deliberado o
76 envio à consulta pública na Plataforma Brasil Participativo, fixando o prazo de 30 dias. A conselheira
77 Maria Carolina Pereira Alves apresentou sugestão de inclusão do número da Lei nº 15.069, de 2024,
78 no Artigo 2º, Parágrafo 3º da minuta. A conselheira Solange Bueno sugeriu a inclusão da Resolução
79 CNAS nº 99, de 2023, no Artigo 12, Inciso I, por tratar de usuários. O conselheiro Clóvis Alberto
80 Pereira solicitou que constasse em ata o trabalho democrático e republicano da Comissão de Normas,
81 reforçando o compromisso de dialogar e realizar escuta qualificada com a sociedade. A minuta de
82 resolução, com os ajustes de redação acatados, foi deliberada e aprovada para consulta pública por
83 unanimidade, não havendo votos contrários ou abstenções. Na sequência, o conselheiro Mallon
84 Francisco Felipe Rodrigues de Aragão relatou que a Comissão de Normas deliberou a retirada do item
85 de pauta referente à alteração e atualização da Resolução CNAS nº 100, de 2023, que trata das
86 diretrizes para a estruturação e funcionamento dos conselhos, em função da complexidade e da
87 necessidade de aprofundamento do tema. O encaminhamento deliberado foi o de aguardar o resultado

88 do processo conferencial e retomar a discussão na reunião de março de 2026, com o objetivo de obter
89 subsídios. A conselheira Margareth Alves Dallaruvera manifestou que considerava importante o
90 adiamento, ressaltando que a Resolução 100 foi um tema difícil e que requer aprofundamento. O
91 encaminhamento foi aprovado por unanimidade, não havendo votos contrários ou abstenções. O
92 conselheiro Mallon também apresentou o encaminhamento referente à resposta ao relatório de
93 avaliação da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre a atuação dos Conselhos de Assistência
94 Social, deliberando-se a elaboração de uma Nota Técnica. O presidente Edgilson Tavares de Araújo
95 enfatizou que a Nota Técnica a ser enviada à CGU e aos conselhos estaduais, distrital e municipais
96 deve conter diretrizes sobre a substituição de representantes governamentais e o perfil dos
97 conselheiros, estabelecendo o prazo máximo de 15 dias úteis para as substituições governamentais.
98 Foi acordado que o perfil dos conselheiros deveria incluir compromisso com a política de assistência
99 social, respeito ao caráter deliberativo e autônomo do Conselho, e defesa do Estado Democrático de
100 Direito. O encaminhamento foi aprovado por unanimidade, não havendo votos contrários ou
101 abstenções. Em seguida, foi apresentada a Minuta de resolução CNAS/MDS que "Institui o Programa
102 Nacional de Articulação e Fortalecimento da Rede Socioassistencial do SUAS Aprimora Rede+". O
103 presidente Edgilson Tavares de Araújo e a gerente de projetos Maria Amélia Corá, apresentaram o
104 Programa, cujo escopo é instituir Núcleos de Apoio às Organizações da Sociedade Civil e de
105 Assistência Social (NOSCAS) em parceria com instituições de ensino superior, com foco em extensão
106 universitária e produção de conhecimento técnico, não acadêmico, mas tecnológico. O conselheiro
107 Júlio César Goulart de Moraes solicitou que fosse registrado o encaminhamento de se realizar um
108 diálogo do Programa com o Interconselhos, composto por 40 conselhos. O conselheiro Thiago
109 Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral sugeriu que fosse registrado o encaminhamento de se utilizar o
110 Programa para o debate sobre o "vínculo sujo". A conselheira Jucileide Ferreira do Nascimento,
111 Suplente/Representante do CFESS, solicitou que constasse em ata a relevância do projeto para a
112 democratização da participação social e a maior representatividade das regiões Norte e Nordeste no
113 CNAS, com o apoio à estruturação de fóruns. Durante a análise do texto, o conselheiro Mallon
114 Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, Titular/Representante da SNAS, e o presidente Edgilson
115 Tavares de Araújo, Presidente do CNAS, acataram a sugestão de alteração nos Artigos 10 e 11,
116 substituindo o termo "Acordo de Cooperação Técnica" por "instrumentos de parceria" e "outros
117 instrumentos", para maior abrangência. O presidente Edgilson Tavares de Araújo, Presidente do
118 CNAS, também acatou a sugestão da conselheira Jucileide Ferreira do Nascimento e do conselheiro

119 Clóvis Alberto Pereira para alterar a redação do Artigo 10 para incluir a expressão "instituições de
120 ensino superior, prioritariamente, públicas (federais, estaduais, distritais e municipais)", visando
121 priorizar o setor público, mas permitir a participação de instituições privadas onde não houver
122 públicas. A Minuta de Resolução que institui o Programa Nacional de Articulação e Fortalecimento
123 da Rede Socioassistencial do SUAS Aprimora Rede+, com os ajustes de redação, foi deliberada e
124 aprovada com dezesseis votos favoráveis, não havendo votos contrários ou abstenções. O Conselheiro
125 Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão fez o relato do Ponto 6, referente ao Informe sobre o
126 andamento da resolução da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de
127 Assistência Social (MNNP-SUAS), sendo relatado que em 29 de agosto, o Presidente do CNAS, a
128 Secretaria Executiva e representantes do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência
129 Social (DGSUAS) se reuniram para definir os procedimentos e tratativas junto ao Gabinete do
130 Ministro para o encaminhamento da minuta de resolução. O processo SEI foi restituído ao DGSUAS
131 para a adoção das providências administrativas pertinentes nos termos do Decreto 12.002/2024 e da
132 Portaria nº 704/2024 da Casa Civil. Foi registrado que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e
133 o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) manifestaram-se negativamente em integrar a referida
134 Mesa, sendo suas vagas destinadas ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família
135 e Combate à Fome (MDS). A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera expressou profunda
136 indignação pela classe trabalhadora, devido à precarização do trabalho no SUAS e à recusa do MTE
137 em participar, e sugeriu que o Pleno elaborasse e divulgasse uma nota de repúdio. A Conselheira
138 Maria Aparecida Guerra Vicente sugeriu que a nota de repúdio solicitasse esclarecimento sobre a
139 exclusão do MTE. A Conselheira Irene Rodrigues da Silva reforçou que a negativa do MTE era
140 inaceitável, considerando sua competência em relações de trabalho. A Conselheira Margareth Alves
141 Dallaruvera solicitou o registro em ata de que o documento que expressasse a indignação fosse
142 endereçado ao MTE e MGI, com cópia à Casa Civil. A Conselheira Itanamara Guedes Cavalcante
143 esclareceu que a negativa do MGI se deve à restrição de sua competência ao serviço público federal,
144 e sugeriu que o CNAS abrisse um canal de diálogo e negociação com os ministérios antes de lançar
145 nota pública. O Conselheiro Suplente Marcílio Marquesini Ferrari corroborou a sugestão de
146 articulação, mas solicitou o registro em ata de que o processo administrativo de encaminhamento da
147 minuta de resolução junto à Casa Civil não fosse interrompido, devendo prosseguir em paralelo com
148 as conversas. A Presidência e a bancada dos trabalhadores deliberaram pelo encaminhamento de se
149 constituir um grupo de trabalho, composto por membros da sociedade civil e de governo

150 (Conselheiros Margareth Alves Dallaruvera, Irene Rodrigues da Silva, Eduardo Dalbosco e Marcílio
151 Marquesini Ferrari), para a redação de um ofício de pedido de explicação ou informação e de uma
152 solicitação de agenda aos Ministérios, a ser submetido à apreciação do Pleno, mantendo a
153 continuidade dos trâmites junto à Casa Civil. Na sequência, o Conselheiro Mallon Francisco Felipe
154 Rodrigues de Aragão apresentou o próximo item da pauta da Comissão de Normas, a Definição da
155 Pauta do mês de outubro de 2025. Dando prosseguimento, o Presidente do CNAS, Edgilson Tavares
156 de Araújo, iniciou a leitura da Resolução que aprova o Regulamento da 14^a Conferência Nacional de
157 Assistência Social, documento este instituído pela *Portaria Conjunta MDS-CNAS nº 31 de 26 de*
158 *dezembro de 2024*. Foi deliberado o ajuste de redação no regulamento para que ficasse claro que a
159 Plenária Final discutiria e votaria um conjunto de até 30 propostas mais votadas advindas das Mini-
160 Plenárias e que o total de deliberações a ser aprovado pela Plenária Final seria de 18 deliberações
161 finais, sendo 15 propostas por eixo temático mais 3 propostas sem vinculação com os eixos advindas
162 das conferências livres na Plataforma Brasil Participativo. Foi deliberada a inclusão do detalhe de que
163 a consulta pública do regimento interno ocorrerá entre os dias 20 de outubro e 6 de novembro, a fim
164 de garantir transparência. Foi lido o informe sobre o Termo de Execução Descentralizada (TED) para
165 a execução da infraestrutura da 14^a Conferência, relatando que o processo já se encontra no âmbito
166 da SNAS para providências. Foi lido o Informe sobre a resposta da Assessoria de Comunicação
167 (ASCOM) referente à solicitação de adesão à ata de eventos, comunicando a impossibilidade de
168 atendimento devido ao comprometimento orçamentário. Foi relatado o Debate com o Departamento
169 de Terapia Ocupacional da UNB, no qual a Coordenadora do projeto de extensão da UNB apresentou
170 as possibilidades de parceria, mas informou não poder acompanhar os estudantes em certas
171 atividades. Foi aprovado por consenso o encaminhamento de se buscar outras alternativas para
172 acompanhamento dos estudantes junto ao governo. Foi realizado o informe sobre Conferências
173 Livres, cujo encaminhamento de recomposição da subcomissão com a entrada da Conselheira Cleres
174 Alvarenga Cavalcante e a realização de reunião na semana de 15 a 19 de setembro de 2025 foi
175 aprovado por consenso. Foi informado o encaminhamento de comunicar ao CONCEAS que as
176 orientações e parâmetros do processo conferencial foram definidos pelo CNAS e devem ser
177 observados, cabendo ao Conselho avaliar a autonomia para validação ou não da referida conferência,
178 sendo este aprovado por consenso. Foi discutida a necessidade de um fluxo para apreciação de moções
179 e notas oriundas das conferências municipais. A Secretária-Executiva, Thais Pereira Braga, sugeriu
180 que a Secretaria Executiva verificasse os documentos, incluindo na pauta da Presidência Ampliada

aqueles de competência do CNAS acompanhados de resumo e sugestão de comissão para encaminhamento, enquanto os documentos de teor municipal ou estadual seriam apenas recepcionados. A Conselheira Márcia de Carvalho Rocha leu o encaminhamento sobre a disponibilização de *stands* na 14^a Conferência, determinando: "Será disponibilizado um *stand* por estado na 14^a Conferência Nacional de Assistência Social para uso compartilhado entre os conselhos estaduais e CAS-DF e a gestão da política pública de assistência social estadual e do Distrito Federal". O encaminhamento foi submetido à votação nominal e foi aprovado por unanimidade, com 12 votos favoráveis. Votaram sim: Conselheira Maria Aparecida Guerra Vicente, Conselheira Cleres Alvarenga Cavalcante, Conselheira Itanamara Guedes Cavalcante, Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, Conselheira Maria Carolina Pereira Alves, Conselheiro Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, Conselheiro Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, Conselheira Suplente Andréia Fernandes Teixeira e Conselheira Keure Chamse Afonso de Oliveira. Não houve registro de votos contrários ou abstenções. Em seguida, a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera apresentou o relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos (CAC). Foi apresentado o encaminhamento de cobrar o retorno do *Ofício 72-2025* enviado à CONJUR/MDS, que solicitou consulta sobre a possibilidade de uso de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) ou outro instrumento pelo CNAS. Também foi sugerido como encaminhamento que se disponibilizasse aos conselheiros da CAC o documento do Controle Interno do MDS com as informações individualizadas por CEAS e CMAS, constantes no relatório da Controladoria Geral da União (CGU), e que se realizasse reunião virtual com representantes dos CEAS para tratar de desdobramentos do relatório da CGU. Todos os encaminhamentos referentes ao relatório da CGU e ao ofício à CONJUR foram aprovados por consenso. Em relação à Atualização do Plano de Ação da CAC, foi sugerido o encaminhamento de realizar uma *live* em outubro sobre paridade e proporcionalidade e sobre representação de usuários. Foi também deliberada a sugestão de organização de atividade autogestionada da sociedade civil na 14^a Conferência, a ser organizada pelos segmentos de trabalhadores, entidades e usuários, para debater sobre a organização política da sociedade civil na assistência social. Outros encaminhamentos aprovados foram: solicitar ao DGSUAS/SNAS dados atualizados sobre a existência e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social (CAS), encaminhar ofício aos CEAS ressaltando a importância do acompanhamento dos CMAS, e gravar vídeo curto sobre a importância da transparência para ser disponibilizado nas redes sociais do CNAS. Todos os encaminhamentos do item foram aprovados por consenso. A Comissão

212 de Monitoramento e Avaliação (CMAS) apresentou a Memória de Reunião de 10 de setembro de
213 2025. Foi informado sobre a Validação do material para ser disponibilizado aos delegados da 14^a
214 Conferência, sendo relatado que o material foi usado como base da apresentação do momento
215 conferir, com ajustes de termos e atualização dos dados do orçamento. O encaminhamento da
216 comissão foi que o documento final seja enviado aos delegados até o final de outubro e incorporado
217 ao caderno da 14^a Conferência Nacional de Assistência Social. Foi realizada a Avaliação da sétima
218 live, que ocorreu no dia 25 de agosto e teve como tema benefícios eventuais. A comissão apreciou as
219 informações de visualizações, métricas e *feedbacks* do público durante a *live* e considerou que a *live*
220 foi positiva. Em relação à Definição da pauta de outubro, os itens principais aprovados foram:
221 finalização do material que será disponibilizado aos delegados, continuidade da metodologia Arena
222 de Moções, avaliação da oitava *live*, e construção do roteiro da nona *live*. Os informes da CMAS e os
223 encaminhamentos foram aprovados por consenso. A Senhora Márcia de Carvalho Rocha informou
224 que estava no exercício da Presidência devido à ausência do Presidente Edgilson Tavares, em viagem
225 a trabalho, e que o conselheiro Marcílio Marquesini Ferrari acompanhava a mesa representando a
226 bancada governamental. Foi deliberada a reversão da pauta, de forma consensual, para iniciar com o
227 Relato da Presidência Ampliada (PA), com a previsão de interrupção quando chegasse a
228 Coordenadora da Comissão de Financiamento e os convidados. Foi realizada a leitura na íntegra da
229 pauta referente ao Relato da reunião da Presidência Ampliada, ocorrida em 10 de setembro de 2025.
230 Sobre o ponto 1.1, referente ao Ofício nº 291/2025 do Departamento de Proteção Social Especial
231 (DPSE), que formalizou o convite para uma oficina sobre regionalização, foi deliberado consultar a
232 conselheira Keure Chamse Afonso de Oliveira sobre a possibilidade de representação do CNAS,
233 tendo o encaminhamento sido aprovado. Em relação ao ponto 1.2, sobre o lançamento do Plano
234 Nacional de Cuidados Brasil Que Cuida, a conselheira Maria Carolina Pereira Alves solicitou que
235 constasse em ata o registro de que o evento seria provisoriamente adiado, aguardando-se a
236 confirmação da nova data, sendo mantida a deliberação de confirmar a participação do Presidente, a
237 depender de sua agenda. No ponto 1.3, tratando do Ofício nº 18/2025 da Secretaria Nacional de Renda
238 e Cidadania (SENARC), o qual convidava para seminários estaduais do Bolsa Família em Ação, o
239 Pleno aprovou o encaminhamento de responder à SENARC, informando o interesse do CNAS em
240 participar, porém condicionando a participação à inclusão da pauta relacionada ao controle social do
241 Programa Bolsa Família, conforme a Resolução CNAS nº 2002/2025; para os seminários na Paraíba
242 e em Roraima, foi deliberado que a Sociedade Civil definiria os nomes até o final da reunião matutina.

243 Em seguida, foi discutido o ponto 1.4, referente ao Ofício nº 587/2025 da Rede Federal de
244 Fiscalização do PBF e Cadastro Único, que convidava para uma missão institucional no Distrito
245 Federal. O conselheiro Alessandro Tiezzi informou sua indisponibilidade de comparecer. A
246 conselheira Solange Bueno reforçou a importância estratégica da missão para o acompanhamento das
247 denúncias registradas. A conselheira Andréia Fernandes Teixeira sugeriu formalmente que o critério
248 para a indicação de representação não fosse unicamente o custo. Após o debate, foi deliberado que a
249 conselheira Andréia Fernandes Teixeira representaria o CNAS na missão. Sobre o ponto 1.5, o Ofício
250 nº 30/2025 do FONSEAS, que convidava para Encontros Regionais e Nacional, foi registrado o
251 debate acerca do desequilíbrio na representação entre Governo e Sociedade Civil nas indicações. Por
252 deliberação, os nomes para Goiás e Paraíba foram suspensos, ficando sob responsabilidade da
253 Sociedade Civil o alinhamento e a votação dos nomes no início da tarde para garantir o equilíbrio de
254 representação. Por fim, foi abordado o ponto 1.6, o Ofício Circular nº 108/2025, que convidava para
255 o Fórum Interconselhos. A deliberação foi suspensa devido a problemas de agenda e de representação
256 da Sociedade Civil na Comissão de Organização da Conferência (COC), ficando o tema em
257 alinhamento na Sociedade Civil para posterior votação. A conselheira Aldenora Gomes Gonzalez
258 procedeu ao relato da 9ª Reunião de 2025 da Comissão. No item 1, que tratava da apreciação do
259 Relatório de Avaliação nº 1735314 da Controladoria Geral da União (CGU) sobre mecanismos para
260 garantir o percentual de recursos de IGD-PBF e IGD-SUAS para apoio aos Conselhos, o Pleno
261 aprovou o encaminhamento da CFOU, instigando a SNAS a promover reuniões para encontrar o
262 mecanismo legalmente adequado para a operacionalização dos recursos e a realização de ações de
263 capacitação sobre o tema. O conselheiro Marcílio Marquesini Ferrari sugeriu uma diretriz de que as
264 próximas ações de educação à distância (EaD) a serem ofertadas pela SNAS incluam o tema em seus
265 conteúdos programáticos, sendo a sugestão aprovada e incorporada ao encaminhamento. No item 2,
266 que tratava da apresentação do sistema SCDP por servidores da Secretaria Nacional de Assistência
267 Social (SNAS), a Coordenadora Aldenora solicitou o registro em ata de seu lamento pela ausência da
268 SNAS no Pleno para a apresentação, sendo a mesma realizada pela servidora Caren Samara Tarão da
269 Silva, Coordenadora de Legislação e Benefícios da CGGP/SAA, e pelo servidor Caio Naves,
270 Representante da Divisão de Concessão de Diárias e Passagem - DICDA/SAA, que detalharam o
271 funcionamento do sistema. O Pleno deliberou e aprovou o encaminhamento de oficiar a Secretaria
272 Executiva do MDS solicitando a possibilidade de alteração normativa e de sistema com o objetivo
273 de: 1) Equiparar o valor da diária paga ao conselheiro da Sociedade Civil ao valor pago aos servidores,

274 e 2) Equiparar o valor da diária do acompanhante com a do conselheiro da Sociedade Civil, citando
275 o precedente de outros conselhos como CONANDA e Saúde. Em relação aos itens 3 e 4, que tratavam
276 do Manual Orientador das Emendas Parlamentares (PLOA 2026) e do debate de alteração da
277 Resolução CNAS nº 78/2006, respectivamente, o Pleno aprovou o encaminhamento de que ambos os
278 temas teriam continuidade no debate da Comissão em outubro de 2025, em virtude da solicitação de
279 tempo pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social e pela SNAS para análise.
280 No item 5, sobre a apresentação da planilha de custeio de diárias e passagens do CNAS (Janeiro a
281 Setembro), o conselheiro Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral solicitou que constasse em ata
282 o registro de que o orçamento para a rubrica de passagens e diárias está "bem justo" até o final do
283 ano. A conselheira Solange Bueno sugeriu a antecipação da emissão de passagens e solicitou
284 informações sobre a possibilidade de suplementação de recursos por parte do Ministro. A conselheira
285 Márcia de Carvalho Rocha informou que, até o momento, só houve a fala do Ministro sobre o assunto
286 e que o ponto foi aprovado. Por fim, a Coordenadora Aldenora Gomes Gonzalez informou que o
287 principal ponto da pauta de outubro de 2025 será o debate de alteração da Resolução CNAS nº
288 78/2006. Iniciada a discussão sobre as indicações para o Interconselhos, foi deliberada a convocação
289 dos conselheiros Ismael Ultino Tavalone, na representação de usuários, Andréia para a representação
290 dos trabalhadores, e Aldenora, cuja vaga foi cedida pelo segmento de entidades. A proposta foi
291 aprovada por consenso. Na sequência, foi tratada a indicação para o FONSEAS/FONACEAS, tendo
292 sido indicadas a conselheira Irene para Goiás e a conselheira Andréia para a Paraíba. O Conselheiro
293 Ismael Ultino Tavalone solicitou esclarecimentos sobre a convocação para a conferência estadual do
294 Mato Grosso do Sul, mas a Vice-Presidente Márcia de Carvalho Rocha pediu que a dúvida fosse
295 sanada em momento oportuno para não interromper o fluxo da reunião. Prosseguindo com a pauta,
296 foram analisados os convites para as Conferências Estaduais. Para a Conferência Estadual da Bahia
297 (30/09, 1 e 2/10), ficou confirmada a participação do Presidente Edgilson Tavares e da Vice-
298 Presidente Márcia de Carvalho Rocha, com aprovação unânime. Para a Conferência Estadual de
299 Alagoas, foi confirmada a participação da Conselheira Rafaelly Machado da Silva para a mesa de
300 abertura e da Vice-Presidente Márcia de Carvalho Rocha para a palestra magna. A participação do
301 Conselheiro Mallon na Conferência Estadual de Goiás (7 a 9/10) foi confirmada, embora a data oficial
302 ainda estivesse pendente de informação, sendo a indicação aprovada. Para a Conferência Estadual do
303 Rio de Janeiro (7 a 9/10), a Vice-Presidente Márcia de Carvalho Rocha foi indicada para a mesa de
304 abertura (dia 7) e o Presidente Edgilson Tavares para os dias subsequentes (8 e 9), o que foi aprovado

305 por consenso. Em relação à Conferência Estadual de Minas Gerais (7 a 9/10), a proposta inicial
306 confirmou a participação do Conselheiro Regis Aparecido Andrade Spindola (sem passagens,
307 representando a SNAS), mas foram listados três nomes (Conselheiros Regis, Paulo e Andreia) em
308 caso de impedimento. O encaminhamento, aprovado, manteve a lista tríplice. A participação da
309 Conselheira Irene na Conferência Estadual do Mato Grosso foi confirmada e aprovada. Para o Piauí
310 (15 a 17/10), confirmou-se a presença do Presidente Edgilson Tavares na mesa de abertura e da
311 Conselheira Jucileide Nascimento para a palestra magna, sendo a deliberação aprovada. A
312 Conselheira Jucileide Nascimento também foi consultada sobre sua participação na Conferência
313 Estadual do Amapá (16 e 17/10), por coincidir com o período do Pleno, sendo sua participação
314 aprovada. Para o Maranhão (recebida em 1º/09), foi confirmada a participação do Presidente Edgilson
315 Tavares na mesa de abertura e da Conselheira Aldenora como painelista no Eixo 4, com aprovação
316 do Pleno. Por fim, para a Conferência Estadual do Espírito Santo (22 a 24/10), a participação da Vice-
317 Presidente Márcia de Carvalho Rocha foi confirmada e aprovada, mas a data aguardava novo convite.
318 A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera solicitou o registro em ata e o esclarecimento de que
319 nem todas as participações em conferências seriam custeadas pelo CNAS, citando casos em que os
320 CEAS ou a SNAS arcariam com os custos. A Conselheira Solange Bueno sugeriu formalizar o
321 registro da fonte de custeio (SNAS ou CEAS) ao lado da indicação do conselheiro para fins de
322 transparência e memória. A Vice-Presidente Márcia de Carvalho Rocha acolheu a sugestão para ser
323 revista na próxima Pauta de Alinhamento. Em seguida, foi abordado o Item 3 da pauta, sobre a
324 Resolução de composição das comissões do CNAS, mas a proposta de aprovação foi suspensa para
325 aguardar reunião de alinhamento do governo. O Item 4 tratou da Sessão Solene de homenagem aos
326 20 anos do SUAS, agendada para 14 de outubro, no plenário da Câmara dos Deputados. Foi
327 deliberado sugerir ao Deputado Márcio Honaiser a indicação do Presidente e da Vice-Presidente do
328 CNAS para a mesa, sendo a proposta aprovada. O Item 5 referiu-se ao Inquérito Civil da 40^a
329 Promotoria da Justiça da Capital (recebido em 07/08), que visa investigar o cumprimento da ADPF
330 nº 976 do STF pelos órgãos de segurança pública de Santa Catarina em relação à população em
331 situação de rua. O encaminhamento inicial era enviar os relatórios da missão do CNAS ao Estado. O
332 Conselheiro Regis Aparecido Andrade Spindola propôs que a portaria fosse encaminhada a todos os
333 participantes da missão (MDS, SNAS, Direitos Humanos). A plenária deliberou que a portaria de
334 inquérito fosse encaminhada para todos os participantes da missão do CNAS em Santa Catarina e a
335 todos os conselheiros nacionais, para conhecimento, o que foi aprovado. O Item 6 tratou dos e-mails

336 recebidos (a partir de 18/08) solicitando o pronunciamento do CNAS sobre a extinção do Edital
337 08/2023 (acolhimento de dependentes químicos) e o remanejamento da verba para programas de
338 redução de danos (CAPS AD, Consultório na Rua, CRAS, CREAS). A lista de remetentes incluía a
339 RENILA Antimanicomial, Fóruns, o CFESS e o gabinete da vereadora Vivi Reis. O encaminhamento
340 original previa solicitar esclarecimento sobre o cancelamento e formar um grupo de conselheiros. O
341 Conselheiro Regis sugeriu que a demanda fosse encaminhada à Comissão de Política. Foi deliberado
342 encaminhar a demanda para apreciação no âmbito da Comissão de Política, não havendo necessidade
343 de criar um grupo, sendo a proposta aprovada. O Item 7 tratou do Despacho nº 1.444/2025 da
344 SNAS/MDS, que encaminhou o Ofício nº 1.050/2025 do Conselho Federal de Serviço Social
345 (CFESS), solicitando apoio na divulgação e incentivo à participação no 18º Congresso Brasileiro de
346 Assistentes Sociais (CBAS). O encaminhamento de divulgar a informação para os conselheiros
347 nacionais foi aprovado. Em relação ao Item 8, que tratou do Ofício nº 44/2025 da Secretaria Municipal
348 de Assistência Social de Monte Santo de Minas/MG (recebido em 22/08), foi solicitada a
349 manifestação do CNAS em defesa do acolhimento familiar, devido a uma Ação Civil Pública. O
350 ofício relatou a insistência do Ministério Público no acolhimento institucional, em detrimento de uma
351 família acolhedora habilitada (casal homoafetivo) onde a criança estava adaptada, levantando suspeita
352 de discriminação. O encaminhamento inicial era enviar ao CONANDA. O Conselheiro Regis
353 Aparecido Andrade Spindola sugeriu o encaminhamento também para a SNAS. O Conselheiro Clóvis
354 Alberto Pereira solicitou o registro de sua posição contrária à conduta discriminatória e em defesa do
355 interesse superior da criança. A Conselheira Solange Bueno e a Conselheira Maria Aparecida Guerra
356 Vicente reforçaram a necessidade de o CNAS ter um posicionamento próprio sobre a discriminação
357 e em defesa do serviço tipificado (Família Acolhedora). O Conselheiro Regis Aparecido Andrade
358 Spindola propôs, então, o encaminhamento à Comissão de Política para elaborar uma proposta de
359 resposta. A plenária deliberou encaminhar a demanda à SNAS para subsídio e à Comissão de Política
360 para elaborar uma proposta de resposta, sendo a proposta aprovada. Em seguida, o Item 9 tratou do
361 e-mail de Scarlett Gonçalves de Oliveira da Silva (recebido em 29/08), que encaminhou o Plano e
362 Estatuto Nacional de Profissionais do Sexo. A Conselheira Maria Aparecida Guerra Vicente sugeriu
363 o encaminhamento ao Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). A Conselheira Rafaelly
364 Machado da Silva solicitou que o CNAS pedisse mais esclarecimentos sobre o pleito e solicitou o
365 registro em ata de que a população LGBTQIAPN+ vulnerável carece de proteção social tipificada no
366 SUAS. O Conselheiro Marcílio Marquesini Ferrari sugeriu, após os esclarecimentos, encaminhar o

367 pleito ao Comitê Permanente de Gênero, Raça e Diversidade do MDS. A plenária deliberou
368 encaminhar a demanda ao CNDH para conhecimento e providências, ao Comitê de Raça, Gênero e
369 Diversidade do MDS para apreciação e solicitar mais esclarecimentos sobre o pleito ao demandante,
370 sendo a proposta aprovada. No Item 10, sobre Denúncias, foi deliberado reencaminhar os ofícios de
371 denúncias não respondidas pelo CEAS, com prazo de 15 dias, e que o CNAS encaminharia a denúncia
372 ao Ministério Público caso a resposta não fosse obtida, o que foi aprovado por consenso. O Item 11
373 tratou do Ofício nº 65/2025 do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Cascavel/RS,
374 solicitando a revisão de um critério do ID Conselho. O critério questionado referia-se à composição
375 do Conselho que, por lei local, determina que a presidência seja sempre ocupada pela sociedade civil,
376 o que gerou baixa pontuação no Censo SUAS. A Conselheira Solange Bueno sugeriu a criação de um
377 Grupo de Trabalho (GT) para discutir a metodologia do ID Conselho e outros indicadores, como o
378 SISC/SNAS. A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera sugeriu o encaminhamento para a
379 Comissão de Normas. Foi deliberado encaminhar o ofício para a Comissão de Normas para análise,
380 com a sugestão de criar um Grupo de Trabalho para discutir a metodologia do ID Conselho, SISC e
381 outros indicadores. O Item 12 tratou da agenda de reuniões conjuntas entre a Comissão de
382 Acompanhamento de Centro (CAC), a Comissão de Financiamento (CFO) e a Comissão de
383 Benefícios e Transferência de Renda (CRBT). A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera
384 confirmou que a reunião já estava marcada para o dia 17 de setembro, das 10h às 12h. A Conselheira
385 Cleres Alvarenga Cavalcante informou a impossibilidade de participação na data. Foi deliberado
386 manter a data de 17 de setembro, das 10h às 12h, desde que o quórum individual das três Comissões
387 fosse alcançado. Em seguida, foi abordada a proposta de trabalho do GT de Estudos e Propostas para
388 atualização das Resoluções CNAS nº 33/2011, nº 34/2011 e nº 14/2014, com a próxima reunião
389 agendada para 16 de setembro. A Conselheira Keure Chamse Afonso de Oliveira questionou a
390 representação do Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional do MTE. Foi deliberado aprovar a
391 agenda e os convites, incluindo explicitamente o Ministério do Trabalho e Emprego. Por fim, a
392 Secretaria Executiva Thaís Pereira Braga apresentou os informes da Presidência e da Secretaria
393 Executiva, citando a disponibilidade de relatórios sobre ausências, convocações, participações e o rol
394 de resoluções, decretos, leis e portarias publicadas no DOU. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira
395 realizou o relato de sua participação em missão internacional, enaltecendo a importância da
396 acessibilidade e a representação do CNAS em defesa dos direitos humanos. A Conselheira Maria
397 Aparecida Guerra Vicente comunicou seu convite para a Conferência Estadual do Rio de Janeiro,

398 relatou sua participação no GT de trabalho decente do CNDH (abordando a dificuldade de localizar
399 trabalhadoras domésticas pelo CadÚnico), e convidou para a Conferência Livre SUAS Sem Racismo.
400 A Conselheira Andréia Fernandes Teixeira registrou a realização da Conferência Livre da bancada
401 de trabalhadores no dia 15/09. A Conselheira Solange Bueno solicitou que a Secretaria Executiva
402 elaborasse um documento para publicidade com a lista de conferências estaduais, datas e conselheiros
403 participantes, solicitação que foi acatada. O Conselheiro Marcílio Marquesini Ferrari agradeceu o
404 apoio prestado na reunião e a confiança do Presidente Edgilson Tavares. **ENCERRAMENTO:**
405 Feitos os agradecimentos finais, a Vice-Presidente Márcia de Carvalho Rocha agradeceu e declarou
406 encerrada a 342^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

407

408

409

410 Edgilson Tavares de Araújo

411 **Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social**

412

413 Brasília/DF

414 Agosto de 2025